

Processos de Organicidade e Integração da Educação Brasileira

5

Marcelo Máximo Purificação
Evandro Salvador Alves de Oliveira
Aristóteles Mesquita de Lima Netto
(Organizadores)

 **Atena**
Editora
Ano 2020

Processos de
Organicidade e
Integração da
Educação Brasileira

5

Marcelo Máximo Purificação
Evandro Salvador Alves de Oliveira
Aristóteles Mesquita de Lima Netto
(Organizadores)

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo

Edição de Arte: Luiza Batista

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P963	<p>Processos de organicidade e integração da educação brasileira 5 [recurso eletrônico] / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Evandro Salvador Alves de Oliveira, Aristóteles Mesquita de Lima Netto. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-153-4 DOI 10.22533/at.ed.534202906</p> <p>1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais. 3. Educação – Pesquisa – Brasil. I. Purificação, Marcelo Máximo. II. Oliveira, Evandro Salvador Alves de. III. Lima Netto, Aristóteles Mesquita de.</p> <p style="text-align: right;">CDD 370.710981</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Caríssimos leitores, disponibilizamos a vocês o volume 5 da obra “Processos de Organicidade e Integração da Educação Brasileira”. Hoje, o campo de pesquisa científica em educação no Brasil, vem alargando seus índices. Uma das justificativas, é que a educação está entronizada em todos os setores da sociedade, portanto, impacta todas as áreas de nossa vida. Entre os benefícios de se pesquisar a educação, podemos citar: Combate à pobreza; O crescimento econômico; A promoção da saúde; A redução da violência; Garantia de direitos fundamentais e humanos; Proteção ao meio ambiente; Ajuda a compreender melhor o mundo e pode promover paz e bem-estar entre nós seres humanos. Com essa pegada científica, tornamos público os 16 capítulos desta obra, fruto do trabalho e do comprometimento de 46 pesquisadores, que dialogando sobre a educação e seus liames sociais, nos colocam diante de 32 palavras-chave que nos levam a refletir e discutir a educação a partir de várias perspectivas. Entre elas, pontuamos: “Adolescente”, “Agroecologia”, “Alfabetização”, “Censo”, “Ensino – médio, superior, de ciências, de química”, “Evasão”, “Metodologias”, “Recursos”, “Universidade” entre outros. Essa quinta edição, fecha um ciclo rico de diálogos e debates mediados pela educação, sua organicidade e sua integração social. Ao todo foram 5 volumes, 82 textos (Capítulos), aproximadamente 250 pesquisadores (autores), dos quais selecionamos 169 Palavras-chave (guião científico) com possibilidades de discussões. Trabalhos, gerados nos seios de várias organizações sociais, setores públicos e Instituições de Ensino - Básico/ Superior, Públicas/Privadas/ Especial -, das mais diversas regiões do país. Com essa métrica, apresentamos em números a pesquisa em educação nesta obra. No entanto, é importante frisar que trabalhos com esse, são diuturnamente desenvolvidos aqui (Atena Editora) e alhures, em outras editoras, revistas/periódicos etc., do nosso país e mundo afora, mostrando assim, o peso e a amplitude da pesquisa educacional.

Com isso, desejamos a todos, uma boa leitura.

Marcelo Máximo Purificação
Evandro Salvador Alves de Oliveira
Aristóteles Mesquita de Lima Netto

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A UTILIZAÇÃO DE MICROSCOPIA E LÂMINÁRIOS DIGITAIS ENQUANTO FERRAMENTAS INOVATIVAS PARA O ENSINO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Gustavo Affonso Pisano Mateus Maria Fernanda Francelin Carvalho Renata Cristina de Souza Chatalov Victor Vinicius Biazon	
DOI 10.22533/at.ed.5342029061	
CAPÍTULO 2	9
AS LINGUAGENS TEATRAIS NA COMUNICAÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA	
Luiza Lavezzo de Carvalho Patrícia Dias Prado	
DOI 10.22533/at.ed.5342029062	
CAPÍTULO 3	24
APLICAÇÃO DA METODOLOGIA STEAM NO ENSINO E APRENDIZAGEM DE QUÍMICA E GESTÃO AMBIENTAL	
Máriam Trierveiler Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.5342029063	
CAPÍTULO 4	38
A OCIOSIDADE DE VAGAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: AS REVELAÇÕES DO CENSO 2017	
Juliano Reginaldo Corrêa da Silva Maricléia Lopes Prim Leonardo Cardoso Gomes Maurício Andrade de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.5342029064	
CAPÍTULO 5	56
ANÁLISE CRÍTICA DA PROPOSTA DE UMA NOVA UNIVERSIDADE	
Dauana Berndt Inácio Daniel Nascimento-e-Silva Pedro Antônio de Melo	
DOI 10.22533/at.ed.5342029065	
CAPÍTULO 6	77
A MESA ALFABETO COMO RECURSO METODOLÓGICO NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO DOS ALUNOS COM TEA NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS	
Paola Martins Bagueira Pinto Bandeira Carla Rodrigues Silva Suzete Araujo Oliveira Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.5342029066	
CAPÍTULO 7	86
ALFBETIZAÇÃO CIENTÍFICA E O ENSINO DE CIÊNCIAS CONTRIBUIÇÕES PARA A VIVÊNCIA DOS SUJEITOS NA SOCIEDADE MODERNA	
Flávia Stefanello Luana Carla Zanelato do Amaral Alexandra Ferronato Beatrici	

DOI 10.22533/at.ed.5342029067

CAPÍTULO 8 96

ALFABETIZAR E INCLUIR: O USO DA LOUSA DIGITAL COMO INSTRUMENTO DE APRENDIZAGEM

Rosângela Ferreira de Alcântara

Irene da Silva Coelho

DOI 10.22533/at.ed.5342029068

CAPÍTULO 9 103

A IMPORTÂNCIA DA MONITORIA NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Sofia de Almeida Negreiros

Letícia Soares Herculano

Ana Vaneska Passos Meireles

Eliane Mara Viana Henriques

Maria Soraia Pinto

Natália Sales de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.5342029069

CAPÍTULO 10 109

A IMPORTÂNCIA DA APRENDIZAGEM DE UM INSTRUMENTO MUSICAL

Sinésio Adolfo Fröder

Cristina Rolim Wolffenbüttel

DOI 10.22533/at.ed.53420290610

CAPÍTULO 11 119

AGROECOLOGIA COMO ELEMENTO INTEGRADOR PARA O ENSINO DE QUÍMICA

Mateus Santos Oliveira Junior

André Gomes de Sá

Renato Maciel Campos

DOI 10.22533/at.ed.53420290611

CAPÍTULO 12 123

A EDUCAÇÃO DO IMAGINÁRIO SUBSIDIANDO O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO

Jaime Batista Cosmo Filho

Viviane França Dias

DOI 10.22533/at.ed.53420290612

CAPÍTULO 13 138

A CONTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS TECNOLÓGICOS UTILIZADOS NAS DISCIPLINAS DO CURSO DE PEDAGOGIA EM IES PÚBLICA PARA O FENÔMENO DA EVASÃO

Francisca Maria Mami Kaneoya

Mário César Barreto Moraes

Gustavo Veríssimo Ractz

Rafael Tezza

DOI 10.22533/at.ed.53420290613

CAPÍTULO 14 147

ACEITAÇÃO DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO EM UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO PELA PERSPECTIVA DO MODELO UTAUT

Pablo Nunes Vargas

Rosália Maria Passos da Silva

Tomás Daniel Menéndez Rodríguez

DOI 10.22533/at.ed.53420290614

CAPÍTULO 15	161
ABORDAGENS EDUCATIVAS POTENCIALIZANDO O DESENVOLVIMENTO MUSICAL INFANTIL	
Dárlem Brito Brandão	
DOI 10.22533/at.ed.53420290615	
CAPÍTULO 16	170
USO DO JOGO <i>PLAGUE INC.</i> : UMA POSSIBILIDADE PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS	
Francisca Georgiana Martins do Nascimento	
Tiago Rodrigues Benedetti	
Adriana Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.53420290616	
SOBRE OS ORGANIZADORES	185
ÍNDICE REMISSIVO	187

A OCIOSIDADE DE VAGAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: AS REVELAÇÕES DO CENSO 2017

Data de aceite: 01/06/2020

Data de submissão: 23/02/2020

Juliano Reginaldo Corrêa da Silva

Mestre em Administração (UNISUL)

Florianópolis - Santa Catarina

<http://lattes.cnpq.br/9388645135330424>

Maricléia Lopes Prim

Mestra em Administração (UNISUL)

Florianópolis - Santa Catarina

<http://lattes.cnpq.br/9349863610955172>

Leonardo Cardoso Gomes

Mestrando em Administração (UNISUL)

Florianópolis - Santa Catarina

<http://lattes.cnpq.br/4176212184697109>

Maurício Andrade de Lima

Doutor em Engenharia de Produção

(UFSC) Florianópolis - SC.

RESUMO: O objetivo deste estudo é analisar, com base nos dados publicados pelo Censo 2017, fatores que levam ao baixo preenchimento das vagas ofertadas pela educação superior brasileira. A pesquisa foi enquadrada como uma análise descritiva, realizada por meio de estudo interpretativo de cunho qualitativo. Os resultados apontam que 85,2% da população

brasileira, com idades entre 18 e 65 anos, não tem ensino superior completo. Apesar desse déficit, 70% do total de vagas ofertadas em 2017, não foram preenchidas. Conclui-se que, embora programas como o FIES e PROUNI tenham possibilitado o acesso de muitos alunos ao ensino superior privado, nem todos se enquadram nos requisitos de acesso desses programas. Sem condições de arcar com os custos das IES privadas, a alternativa seria o acesso às IES públicas. Não obstante, as IES públicas, denominadas instituições de fomento e de inclusão social, não têm direcionado a expansão de vagas na direção dos anseios discentes, especialmente no que se refere a abertura de vagas em cursos noturnos e na modalidade pedagógica de EAD.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Superior Brasileira. Preenchimento de Vagas. Censo 2017. Ociosidade de vagas.

LOW FILLING OF VACANCIES IN BRAZILIAN HIGHER EDUCATION: THE REVEALS OF THE 2017 CENSUS

ABSTRACT: The purpose of this study is to propose propositions, based on the data published by the Census 2017, regarding the causes that lead to the low filling of vacancies

offered by Brazilian higher education. The research was framed as a descriptive analysis, performed through a qualitative interpretive study. The results, based on data from the 2017 Census, indicate that although there is a large part of the population without higher education, only 30% of the vacancies were filled in 2017. It is concluded that, although programs such as FIES and PROUNI, access to private higher education, not all meet the access requirements of these programs. Without being able to afford the private HEI, the alternative would be access to public HEIs. Nonetheless, public HEIs, called development and social inclusion institutions, do not direct the expansion of vacancies in the direction of students' desires, especially as regards the opening of vacancies in night courses and in the EAD modality.

KEYWORDS: Higher Education in Brazil; Filling Vacancies; 2017 Census.

1 | INTRODUÇÃO

As particularidades que envolvem a educação superior brasileira são responsáveis por protagonizar acirradas discussões desde a sua criação no início do século XIX. Com o advento da “indústria do conhecimento”, a concorrência cada vez mais acentuada, a desverticalização das universidades e a necessidade de parcerias, caracterizam-se como as mais importantes mudanças na educação superior (PORTO; RÉGNIER, 2003).

Dentre os temas que são abordados envolvendo a temática da educação superior brasileira, destacam-se alguns estudos que analisaram o atual cenário da educação superior (SEGRERA, 2018); as políticas públicas adotadas pelos governos federais (AGUIAR, 2016); o crescimento do ensino superior privado no país (SILVA e CASTRO 2014; RISTOF 2014); a modalidade de educação a distância (TOLENTINO *et al.*, 2013; COSTA, 2016); a ociosidade das vagas (ALMEIDA, 2015); o ensino alicerçado sobre as novas plataformas tecnológicas como a educação 3.0 (SANT'ANA; SUANNO; SABOTA, 2017), e o ensino superior noturno como ferramenta de inclusão social (TERRIBILI FILHO; NERY, 2009).

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) realiza anualmente o Censo da Educação Superior. Segundo o site da instituição, o Censo é o instrumento de pesquisa mais completo do Brasil sobre as instituições de educação superior (IES) que ofertam cursos de graduação e sequenciais de formação específica, além de seus alunos e docentes. Essa coleta tem como objetivo oferecer à comunidade acadêmica e à sociedade em geral, informações detalhadas sobre a situação atual e as grandes tendências do setor.

Segundo o Censo da Educação Superior de 2017, existem atualmente no Brasil, 296 (duzentas e noventa e seis) Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e 2.152 (duas mil, cento e cinquenta e duas) IES privadas. Estas 2.448 (duas mil, quatrocentos e quarenta e oito) IES ofertaram, em 2017, um total de 35.380 cursos de graduação, atingindo o número de 8.290.911 (oito milhões, duzentos e noventa mil, novecentos

e onze) de matrículas efetivadas (INEP, 2018). Analisando os dados do Censo 2017, percebe-se que das mais de 10 milhões de vagas ofertadas, um pouco mais de 3 milhões foram preenchidas, totalizando cerca de 70% de ociosidade.

A busca para se atingir a meta estabelecida no Plano Nacional de Educação (PNE), para que um terço da população na faixa etária de 18 a 24 anos tenha concluído o Ensino Superior, ou nele tenha ingressado até 2020, coloca em relevância a necessidade de identificar os motivos do não preenchimento das vagas ofertadas desse nível de ensino (ALMEIDA, 2015).

Diante do exposto, questiona-se: quais fatores influenciam na ociosidade de vagas no ensino superior brasileiro, segundo o censo 2017? Com o objetivo de responder a esta pergunta, serão analisados os dados contidos do Censo da Educação Superior de 2017, realizado pelo INEP, buscando ampliar as discussões sobre o assunto.

O enquadramento metodológico classificou esta pesquisa como um estudo de cunho qualitativo (CRESWEL, 2010; SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013), tendo como objetivo conhecer o atual desinteresse pelos cursos superiores ofertados na rede superior de ensino brasileira, pública e privada. O estudo foi classificado como descritivo, pois objetiva conhecer o fenômeno estudado na sua totalidade.

Esta pesquisa permitirá conhecer melhor os motivos que têm levado ao baixo preenchimento das vagas ofertadas pela educação superior brasileira, com o objetivo de auxiliar o processo de gestão das IES públicas e privadas, em atendimento aos anseios estudantis demonstrados pelo Censo 2017.

A pesquisa está estruturada em cinco seções. A primeira seção é constituída por esta parte introdutória; a segunda seção é composta pelo referencial teórico da pesquisa; a terceira seção é formada pelos delineamentos metodológicos e as discussões; a quarta e última seção é composta pelas considerações finais da pesquisa.

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Cenário do Ensino Superior no Brasil

Incentivada pelos desafios e oportunidades trazidos pelo contexto da globalização, o principal marco da educação nas últimas décadas no ensino superior refere-se à expansão do acesso a esse nível de ensino em escala mundial (SEGRERA, 2018).

Os resultados apresentados pelos Indicadores Financeiros Educacionais (INEP; MEC, 2015) mostram que o Brasil investe uma parcela considerável de seu produto interno bruto (PIB) em educação, o percentual atingiu 6,2% do PIB nacional em 2015 e a projeção estimada, conforme Gráfico 1, é de 7% em 2019.

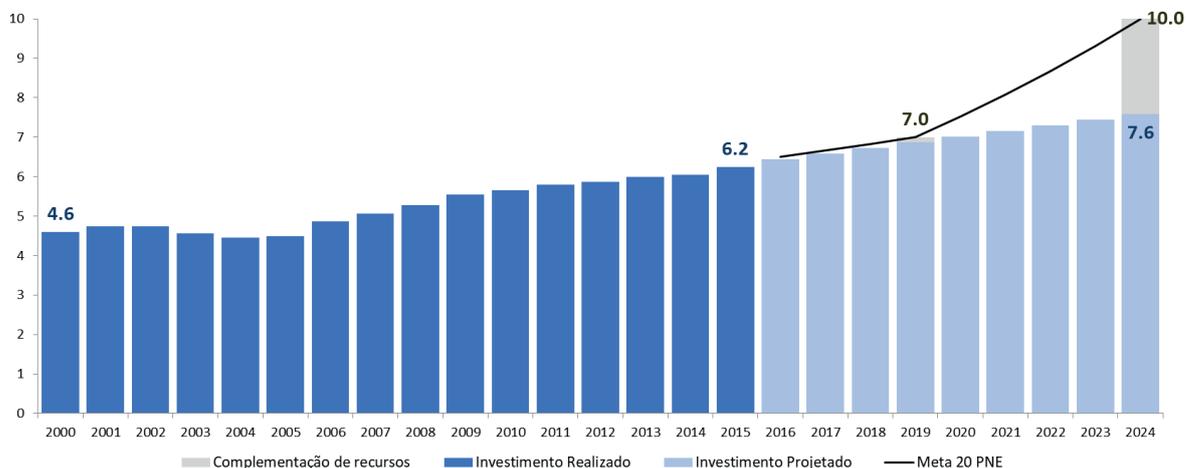


Gráfico 1 - Estimativa do Percentual do Investimento Público Total em Educação em Relação ao Produto Interno Bruto (PIB), por Nível de Ensino - Brasil 2000-2015

Fonte: INEP/MEC - Tabela elaborada pela Deed/INEP (2015).

No entanto, no estudo realizado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre os países pesquisados, o Brasil está entre os últimos colocados quando são analisados o percentual da população que atingiu o ensino superior entre 25 e 64 anos em 2017, conforme demonstra o Gráfico 2.

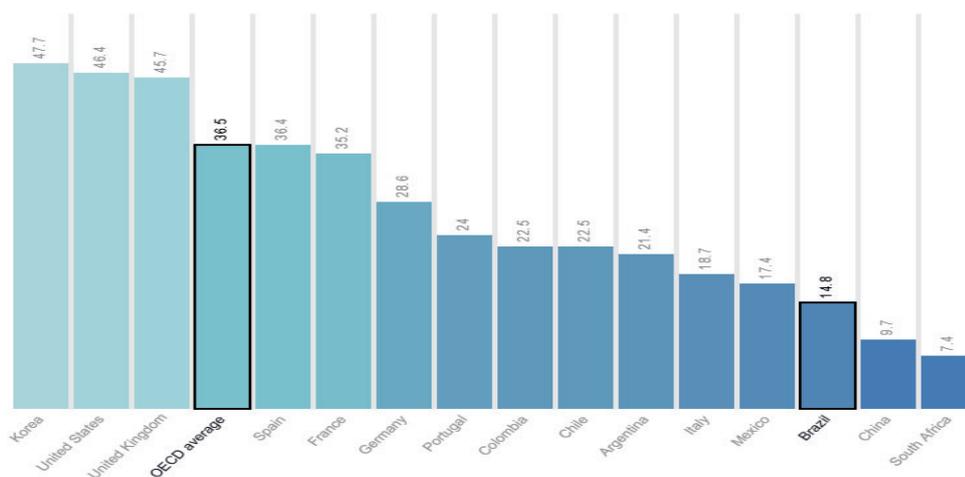


Gráfico 2 - Percentual da População que atingiu o Ensino Superior entre 25 - 64 anos.

Fonte: Elaborado pelos autores (2019). Dados OCDE, 2017.

O governo federal vem formulando políticas educacionais com foco na expansão do ensino superior. Sobre esta expansão, Silva e Castro (2014, p. 213) apontam “três tendências distintas: a expansão pela privatização do ensino, a expansão pelo uso da modalidade a distância e a expansão pela reestruturação das universidades públicas federais”.

Nesse sentido, o Conselho Nacional de Educação (CNE) apresentou como um dos

dez maiores desafios para a Educação Nacional “democratizar e expandir a oferta de educação superior, sobretudo da educação pública, sem descuidar dos parâmetros de qualidade acadêmica”. Essa necessidade foi traduzida como metas para o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), conforme disciplinado na meta de número 12, a qual prevê elevar a taxa bruta de matrículas na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da sua oferta.

Algumas políticas públicas e programas implantados, buscaram democratizar o acesso ao ensino superior. Li (2016), em sua pesquisa, resume as políticas que foram implementadas ao longo dos últimos anos e que tinham por objetivo democratizar o ensino superior brasileiro, conforme apresentado no Quadro 1.

Ano	Programa	Descrição
2001	FIES	Ampliação do programa de financiamento estudantil para estudantes de graduação de instituições de ensino privadas. 2010: Redução da taxa de juros e aumento da carência para pagamento. 2015: Exigência de mínimo de 450 pontos no ENEM.
2005	PROUNI	Concede bolsas de estudo integrais e parciais de 50% em instituições de ensino superior privadas.
2007	REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.
2009	ENEM	Reformulação do Exame Nacional do Ensino Médio para seu uso como forma de seleção unificada nos processos seletivos das instituições públicas federais.
2010	SiSU	Sistema de Seleção Unificado: plataforma online na qual, instituições oferecem vagas para alunos que realizaram o ENEM.
2012	Lei de Cotas	Reserva de 50% das vagas ofertadas em cursos e turnos nas instituições federais a alunos que cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas.

Quadro 1 - Políticas e programas de acesso

Fonte: Adaptado de Li (2016).

Ristoff (2014, p. 724) afirma que, “nas duas últimas décadas, a educação superior brasileira foi marcada por forte expansão sob todos os aspectos” e Silva *et al.* (2017), considera que atualmente, no Brasil, exista uma política de democratização para o acesso ao ensino superior focada na ampliação do número de vagas, conforme é demonstrado pelo Gráfico 03.

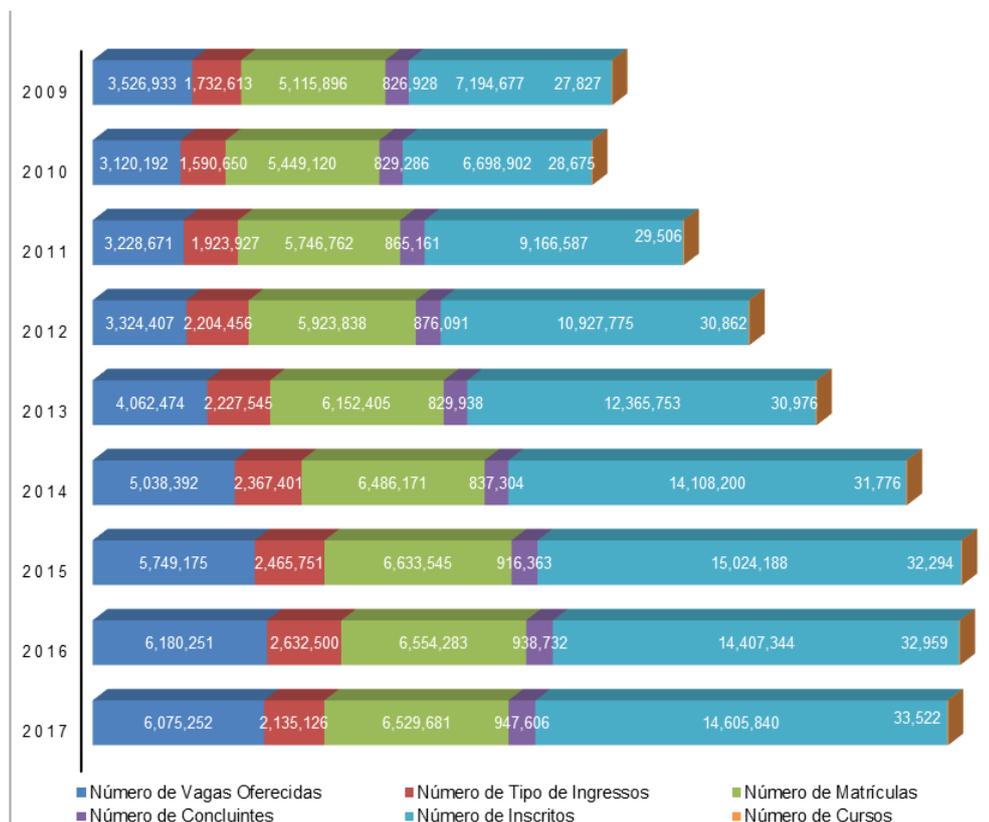


Gráfico 3 - Evolução na educação superior presencial entre os anos de 2009 a 2017

Fonte: Elaborado pelos autores (2019). Dados Sinopse Estatística da Educação Superior 2017 (INEP, 2018).

A expansão ocorrida durante o período, trouxe à tona um outro problema para a educação superior brasileira, este problema refere-se à ociosidade das vagas. Segundo os dados do Censo em 2017, 28% do total de vagas ofertadas pelas IES públicas não foram preenchidas. No ensino superior privado, este percentual de ociosidade atingiu 74% do total de vagas ofertadas. Conforme Barros (2015), o número de vagas ociosas é definido pela diferença entre a quantidade de vagas ofertadas pelas IES e o número de ingressantes matriculados. O Gráfico 4, apresenta a progressão do número de vagas ofertadas em relação ao número de ingressantes entre os anos de 2009 a 2017.

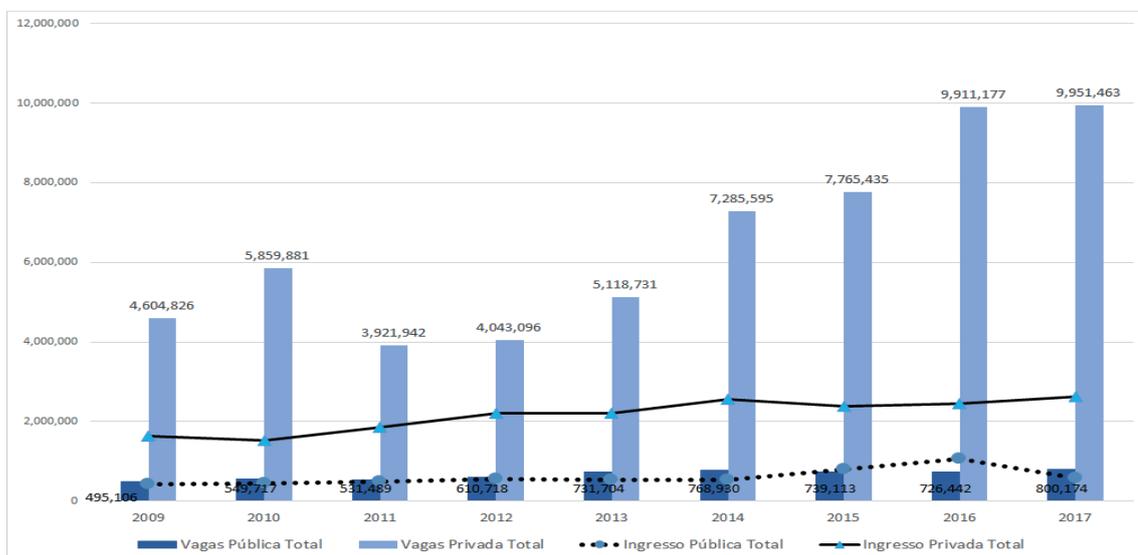


Gráfico 4 - Número de Vagas Ofertadas x Número de Ingressantes - 2009 a 2017

Fonte: Elaborado pelos autores (2019). Dados Sinopse Estatística da Educação Superior 2017 (INEP, 2018).

2.1.1 Crescimento do ensino privado e o endividamento público

A oferta de vagas no ensino superior e o crescimento do número de IES privadas, vêm expandindo anualmente em virtude das políticas e dos programas governamentais que foram adotados nos últimos anos. Os dados do Censo da Educação Superior 2017, revelam que no ano de 2017, o país alcançou o número de 2.448 IES, destas, 2.152 IES são privadas e apenas 296 IES são públicas (BRASIL; MEC; INEP, 2018) Ou seja, em 2017, 87,9% de todas as IES brasileiras eram de natureza privada.

Conseqüentemente, a oferta de vagas no ensino superior brasileiro também teve o domínio das IES privadas. Segundo os dados do Censo, o número total de vagas oferecidas em 2017, atingiram o montante de 10.793.807 (dez milhões, setecentos e noventa e três mil oitocentos e sete) vagas. Deste total, 92% das vagas foram ofertadas pela rede privada, contra apenas 8% da rede pública.

O crescimento do ensino superior privado brasileiro, deve-se basicamente a três mecanismos utilizados pelo governo federal, estes que embasaram a ampliação do acesso universitário. O primeiro deles, refere-se à modalidade de educação a distância (EAD). A EAD teve sua regulamentação disciplinada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, art. 80, que foi promulgada em 1996; o segundo mecanismo de ampliação foi o financiamento estudantil, com destaque para o programa de financiamento estudantil (FIES), criado em 1999; o terceiro e último mecanismo destacado, refere-se ao Programa Universidade para Todos (PROUNI), criado em 2004 e que foi promulgado pela Lei nº 11.096, de 2005. A modalidade pedagógica da educação a distância será tratada em tópico específico, já o PROUNI e o FIES, serão discutidos na sequência deste tópico.

O PROUNI tem por finalidade a concessão de bolsas de estudos, integrais e

parciais, para estudantes de cursos de graduação e estudantes de cursos sequenciais de formação específica, que são ofertados pelas IES privadas. Segundo Aguiar (2016), o programa pretendia de uma só vez, atacar dois problemas estruturais que acometiam o sistema de educação superior brasileiro. De um lado, tinha-se e permanece, a barreira socioeconômica que praticamente impossibilita a inclusão das classes menos favorecidas; por outro lado, tinha-se o problema de enquadramento fiscal das instituições filantrópicas e das instituições sem fins lucrativos que precisava ser resolvido.

Em relação às barreiras socioeconômicas, Carvalho (2006), destaca que a proporção de alunos matriculados no ensino superior aumenta conforme as faixas de renda destes é mais elevada. Ao proceder a desagregação dos dados por renda (familiar per capita em salários mínimos), a autora salienta que nas faixas de renda *per capita* superiores a três salários mínimos, a proporção de estudantes no ensino superior ultrapassa 35%, ao passo que, quando a renda per capita familiar é de até um salário mínimo, apenas 1,5% consegue frequentar um curso de nível superior.

O PROUNI estabelece que as instituições privadas (com ou sem fins lucrativos), que adiram ao programa, sejam beneficiadas por isenções fiscais passando a conceder bolsas de estudos na proporção dos alunos pagantes por curso e turno, sem exceção (AGUIAR, 2016; BARROS, 2015). Ao final de 2017, conforme dados extraídos do SisProuni (BRASIL, 2019), haviam sido ofertadas mais de 3,2 milhões de bolsas no país. Desse total, 57% dessas bolsas foram na modalidade integral.

Aguiar (2016) e Barros (2015), destacam a importância de outro mecanismo que, assim como o PROUNI, também impulsionou o crescimento do ensino privado no país, este mecanismo foi a reformulação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES). O FIES destina-se a financiar a graduação no ensino superior de estudantes que devidamente matriculados, demonstrem não possuir condições de arcar com os custos de sua formação. O gráfico 5 apresenta a evolução de financiamentos concedidos no período de 2010 a 2017.

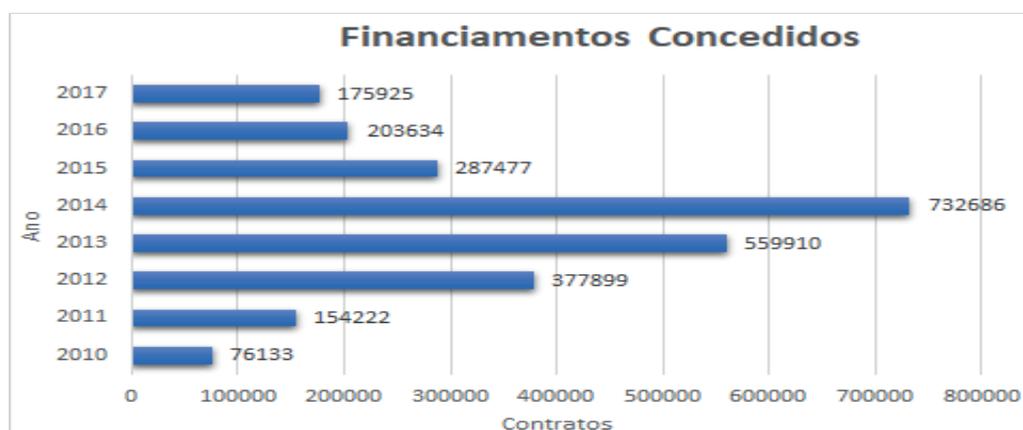


Gráfico 5 - Evolução da Carteira do FIES 2010 - 2017

Fonte: Elaborado pelos autores, 2019. Dados extraídos de Brasil, 2018.

Segundo o Relatório de Gestão de 2017 do FIES o programa “saltou para 76 mil contratos de financiamento em 2010, chegando em 2017 a 2,56 milhões de contratos financiados, considerando os contratos acumulados nesse período” (BRASIL, 2018). O maior número de contratos foi atingido em 2014, chegando a 732.686 contratos. No entanto, observa-se uma crescente queda nos últimos anos, em 2017, o número de contratos foi de apenas 24% do que fora realizado em 2014.

Com a reformulação, ocorrida em 2010, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), passou a ser o agente operador do programa. Segundo Aguiar (2016), com a reformulação do programa, os juros passaram a ser de 3,4% anuais, sendo facultado, ainda, que os alunos dos cursos de medicina e de licenciaturas, pudessem abater 1% da dívida consolidada por mês de trabalho, caso prestem serviço na rede pública de educação e de saúde.

2.1.2 Ensino Superior Noturno no Brasil

Nos últimos anos, tem-se assistido o aumento da representatividade do ensino superior noturno brasileiro, este crescimento ocorrido ao longo dos anos, perpetuou-se como um instrumento de inclusão social, beneficiando os chamados estudantes/trabalhadores (TERRIBILI; NERY, 2009).

Ao analisar a expansão do ensino superior brasileiro, seus limites e possibilidades, Barros (2015) investiga a evolução do número de matrículas presenciais no turno noturno. O estudo da autora compreende o período entre os anos 2000 a 2010. No ano 2000, as matrículas no ensino superior noturno brasileiro totalizaram 56,1%. Em 2010, o número total alcançou 63,5% do total de matrículas efetivadas naquele ano.

No entanto, a autora destaca que essa distribuição das matrículas no turno noturno ocorre de maneira desigual quando analisamos as IES públicas e privadas. A investigação de Barros (2015) conclui que as IES públicas ofertam seus cursos majoritariamente no período diurno, enquanto na realidade privada ocorre o inverso, tendo a maior concentração de novas matrículas nos cursos superiores ofertados no período noturno.

Embora os estudos de Barros (2015) apontarem o contínuo crescimento das matrículas no ensino superior noturno presencial, o Censo 2017 sinaliza um decréscimo nesse percentual quando analisado na sua totalidade. Segundo os dados do Censo, o total de matrículas realizadas no período noturno, atualmente, é de 59,5%.

Nas palavras de Oliveira, Bittar e Lemos (2010), a história do ensino noturno é muito penosa, sobretudo para a educação superior. Segundo os autores isso ocorre por duas razões: de um lado está associada ao ideal de democratização do acesso aos estudantes trabalhadores e que muitas vezes precisam laborar por oito horas diárias ou mais antes de adentrarem à sala de aula. A outra razão, segundo os autores, refere-se a baixa qualidade de ensino das IES privadas.

Diante dessas e de outras dificuldades enfrentadas por estes estudantes, a utilização de tecnologias cada vez mais modernas, com o objetivo de facilitar a vida dessas pessoas, continua a ganhar espaço nestes meandros cercados por sonhos e árduos obstáculos.

2.1.3 Educação a distância

A educação a distância (EAD) é uma modalidade pedagógica em construção no Brasil e no mundo. Esta modalidade impõe desafios à gestão da qualidade destas atividades que, atualmente, costumam ser exercidas por intermédio de plataformas tecnológicas.

A legitimação da modalidade de EAD no Brasil, ocorreu com a promulgação da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. A LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, disciplinou, dentre outras questões, sobre a modalidade a distância. O art. 80 da LDB, é o artigo que juntamente com o Decreto 5.622/05, regulamentam as questões educacionais da modalidade.

Entre os anos de 2007 a 2017, o número de ingressantes no ensino superior brasileiro variou positivamente em 19% nos cursos de graduação presenciais. Já na modalidade EAD, o crescimento do período atingiu 226%. A participação percentual dos acadêmicos ingressantes nos cursos de graduação a distância em 2007 era de apenas 15,4%. Entretanto, esta participação movida pela utilização de novas plataformas tecnológicas, elevou este percentual no ano de 2017 para \square de todos os alunos matriculados em cursos de graduação no país (BRASIL; MEC; INEP, 2018). O número de vagas, ofertadas pela modalidade EAD, atingiu 44% do total de vagas no ensino superior brasileiro.

Os dados levantados pelo Censo 2017, estratificam o crescimento da oferta de vagas na modalidade a distância. No ano de 2009, o número de vagas ofertadas era pouco maior que 1,5 milhão de vagas, mas ultrapassou 4,5 milhões em 2017. De acordo com os dados do Censo 2017, as matrículas nos cursos presenciais de grau tecnológico mantêm a tendência de queda registrada desde 2013. Em 2017, mais de 46% do total de matrículas realizadas nos cursos tecnológicos foram efetivas na modalidade EAD.

O interesse crescente por cursos a distância é justificado por Costa (2016), segundo o autor, a EAD atende a um vasto contingente de alunos que estão dispersos geograficamente, sendo especialmente interessante para países com dimensões continentais como é o caso do Brasil. Além disso, os cursos a distância possuem custo relativamente menor, contando ainda com uma maior flexibilidade de horários para a realização das demandas acadêmicas.

3 | METODOLOGIA

A pesquisa tem por objetivo discutir os dados sobre a educação superior brasileira, levantados pelo Censo (BRASIL; MEC; INEP, 2018), analisando os fatores que influenciam

o baixo preenchimento das vagas nos cursos superiores do Brasil.

A abordagem utilizada para realização da pesquisa enquadrada a mesma como sendo qualitativa (CRESWEL, 2010; SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013). De acordo com as características da pesquisa, adotou-se as técnicas de pesquisa explicativa e de revisão bibliográfica. O estudo ainda foi classificado como descritivo, tendo como pretensão descrever com exatidão os fatos e fenômenos que serão objetos do estudo.

A técnica de coleta de dados utilizada constituiu-se em uma análise documental de dados secundários, envolvendo pesquisas bibliográficas que objetivaram referenciar o estado da arte, bem como obras de referência sobre os temas tratados. Segundo Richardson (1999), os dados secundários evidenciam as oportunidades de geração de novos conhecimentos. Além disso, serviram como fontes para as bases documentais desta pesquisa o arcabouço legal vigente. A Figura 01 descreve as etapas de realização desta pesquisa.

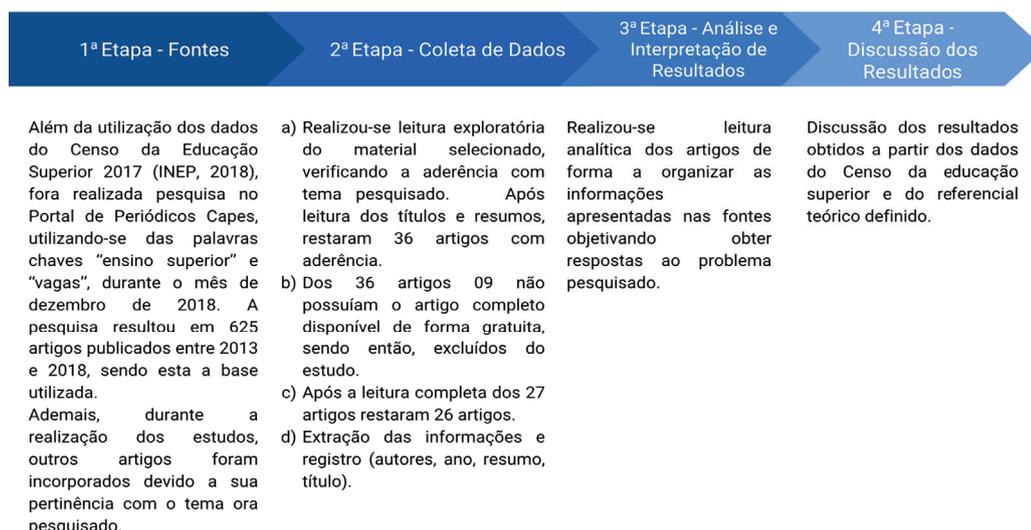


Figura 1 - Delineamento Metodológico da Pesquisa

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

4 | RESULTADOS

Com a intenção de democratizar o acesso ao ensino superior, o governo federal vem implementando diversas políticas públicas para o acesso a esse nível de ensino. Com a expansão do ensino superior, o número de vagas ofertadas em 2009, que era de 5.145.973 vagas, mais que dobrou em relação a 2017, atingindo 10.793.807 vagas (INEP, 2018).

No entanto, segundo dados da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, (OCDE, 2017), apenas 14,8% da população brasileira com idade entre 25 e 64 anos possui formação superior completa, número distante da média de 36,5% dos países

que integram a OCDE. Os dados do Censo mostram que apesar de haver grande parte da população sem ensino superior, apenas 30% das vagas ofertadas foram preenchidas em 2017.

Conforme Almeida (2015, p. 3) “a análise e compreensão do fenômeno das vagas ociosas é importante para uma visão mais realista do contexto do ensino superior no país”. Essa análise será realizada a seguir.

Contudo, apesar do crescente número de vagas ofertadas, conforme dados do INEP (2018), apenas 7% desse percentual são em IES públicas, sendo que nessa modalidade a concorrência pelo ingresso é mais acentuada e ainda pode aumentar se avaliarmos o cenário de ensino privado.

No que refere-se ao crescimento do ensino privado, que foi responsável por 75,3% das matrículas realizadas em 2017 (BRASIL; MEC; INEP, 2018), os programas governamentais, como o PROUNI e FIES, foram os grandes responsáveis pelo impulsionamento das matrículas nas IES privadas. No entanto, apesar de nessa modalidade os alunos poderem iniciar os pagamentos depois de formados, a taxa de inadimplência do programa de financiamento estudantil alcançou patamares preocupantes, inclusive, para a continuidade do mesmo.

Segundo dados de Moreno¹ (2016), a taxa de inadimplência do FIES entre os anos de 2014 até o mês de março de 2018, considerando como inadimplente o aluno com atrasos superiores a três meses, são as apresentadas no Gráfico 6:

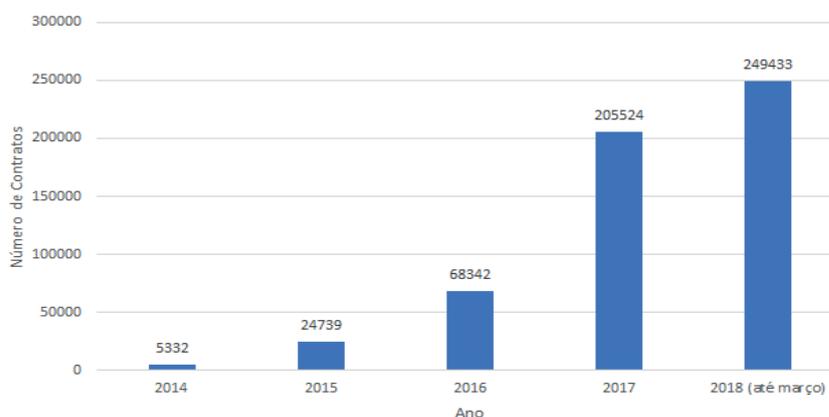


Gráfico 6 - Número de Contratos Inadimplentes após carência FIES 2014 a 2018

Fonte: Elaborado pelos autores (2019). Dados extraídos de Moreno (2016).

A expectativa original do governo, segundo Moreno (2016), era ter uma taxa de 10% de inadimplência. Não obstante, a parcela de devedores em março de 2018, chegou a 41% do total de 612.225 pessoas financiadas pelo FIES. Este percentual de estudantes devedores é composto apenas por estudantes que já passaram pela fase de financiamento e a fase

1. Os dados levantados por Moreno foram utilizados no Estudo Técnico - Um Balanço do FIES: Desafios, Perspectivas e Metas do PNE, realizado por Gilioli (2017) consultor da Câmara dos Deputados.

de carência (período em que o valor já foi inteiramente financiado, mas o devedor ainda não precisa começar a pagar de volta), tendo entrado na fase de amortização.

Devido ao crescente endividamento do Estado durante o período, em 2016 a dívida líquida total do setor público era de 46,2% do PIB, em 2017 chegou a 51,6% e, em novembro de 2018, este percentual já atingia o montante de 53,3% do PIB (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019). Tal crescimento nos faz acreditar que os próximos alunos/candidatos a serem beneficiados por programas como FIES e o PROUNI, devem encontrar dificuldades em conseguir financiamentos, bem como a concessão de bolsas estudantis para cursarem o ensino superior privado.

Num cenário de escassez de recursos públicos que permitam custear estudos em instituições de ensino privadas, possivelmente teremos um aumento no número de estudantes que terão de concorrer a vagas em IES públicas, onde a concorrência pelo ingresso é ainda mais acentuada.

Com relação ao período para estudos mais procurado entre os estudantes, Barros (2015) e o Censo 2017 externalizam o número de matrículas por turno, mostrando que o perfil dos alunos dos cursos de graduação, continua sendo em sua maioria composto por estudantes que optam pelo turno noturno para realizar o desempenho de suas atividades acadêmicas, conforme elucida o Gráfico 7.

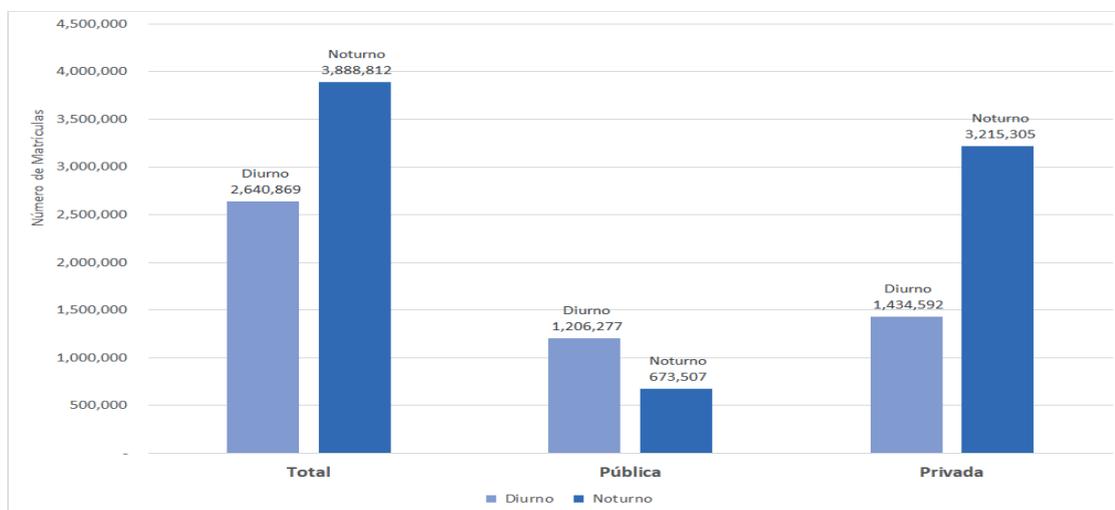


Gráfico 7 - Turnos de Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais – 2017

Fonte: Elaborado pelos autores, 2019. Dados Sinopse Estatística da Educação Superior 2017 (INEP, 2018).

Ao analisarmos os dados do Censo 2017, percebe-se que apesar de ainda ser a preferência dos estudantes, o percentual de alunos matriculados no ensino superior noturno sofreu uma redução, uma vez que em 2010 representava 63,5% do total de matrículas realizadas e, atualmente, este percentual é de 59,5%. Os dados apresentados ratificam os resultados encontrados por Terribili e Nery (2009), onde mostra que 61,7% das matrículas efetuadas em 2007 foram no período noturno.

Deste total, 17,3% é representado por matrículas efetuadas nas IES públicas e 82,7% nas IES privadas. Consoante com os dados encontrados por Barros (2015), onde aponta que em 2010 a maior parte das matrículas no ensino superior noturno foram realizadas pelas IES privadas.

Os dados referentes ao decréscimo ocorrido no número de matrículas noturnas é motivo de preocupação, pois o ensino superior noturno é considerado um instrumento de inclusão social, como destacado por Terribili e Nery (2009). A recente queda no número de matrículas noturnas, também se justifica pelas dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores/estudantes, que em muitos casos, enfrentam jornadas duplas entre labor e vida acadêmica.

Os investimentos em educação no país são crescentes. Conforme dados do INEP (2015), o percentual de investimento do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro saltou de 0.9% em 2000 para 1,3% em 2015, conforme apresentado no Gráfico 8.

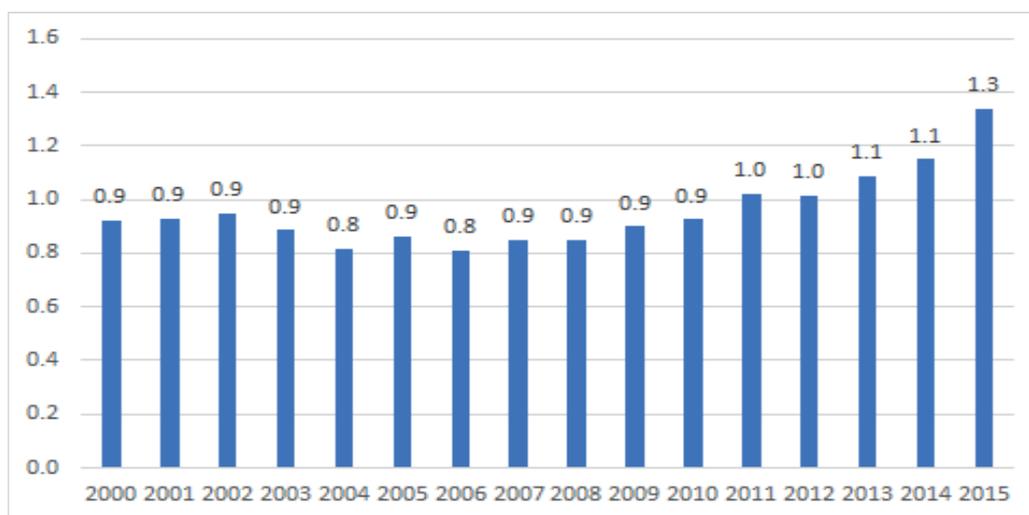


Gráfico 8 - Percentual do PIB investido no Ensino Superior - 2000 a 2015

Fonte: Elaborado pelos autores, 2019. Fonte: INEP/MEC - Tabela elaborada pela Deed/INEP (2015).

Da mesma forma, durante os anos de 2000 a 2017, de acordo com o IBGE, o crescimento percentual do PIB foi de 42,5%. Conforme demonstra o Gráfico 9, são apresentados o percentual de crescimento e de recessão durante todo o período.

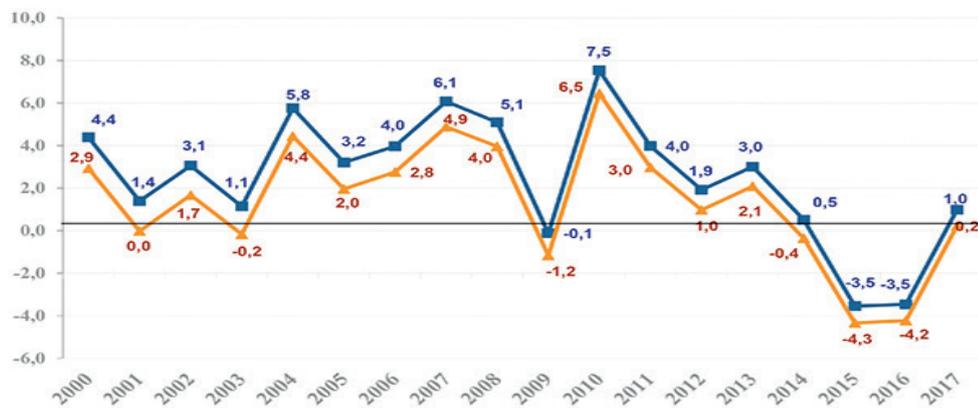


Gráfico 9 - Taxa de crescimento anual - PIB Brasil 2000-2010

Fonte: IBGE, 2018.

No entanto, apesar do crescente investimento feito no ensino superior brasileiro, os mesmos não têm resolvido o problema de oferta e demanda pelo ensino. Até mesmo com o crescimento de novas modalidades educacionais, como é o caso da EAD, percebe-se que a oferta de vagas continua muito superior à sua procura.

Em matéria publicada no Jornal do Brasil, intitulada “Universidade vazia reflete o descompasso com mercado”, Chacon e Calderón (2015), alertam para o fato de que a falta de capacidade das instituições em atender às novas exigências do mercado de trabalho, seria o principal motivo do atual desinteresse acadêmico. (CHACON; CALDERÓN, 2015).

Buscar despertar o interesse dos alunos pelo ensino superior, passa a ocupar importante papel na construção das grades curriculares e pela forma como o ensino deverá ser ministrado pelas instituições de ensino. Faz-se necessário repensar a estruturação metodológica a qual os cursos de nível superior vêm sendo construídos. Fatores como a oferta de determinados cursos, a modalidade pedagógica, bem como o turno ao qual estes são ofertados precisam ser revistos.

Como se não bastasse as dificuldades já mencionadas, os estudantes/trabalhadores ainda precisam vencer o cansaço físico e mental em virtude das desgastantes jornadas laborativas e dos deslocamentos prejudicados nos grandes centros, com itinerários diários casa/trabalho, trabalho/ensino, ensino/casa. Nesse sentido, a EAD vem conquistando adeptos e espaços no meio acadêmico, não obstante essa modalidade não pode ser tomada pela falta de qualidade em sua oferta, o que certamente trará prejuízos para o processo educacional.

Outrossim, a utilização das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC), como é o caso da realidade aumentada e a exibição de imagens em três dimensões, pode contribuir para solucionar a equação desta relação de oferta e demanda. Segundo Sant’Ana, Suanno e Sabota (2017), a educação 3.0, é uma ferramenta educacional que se inspira na Web, contribuindo para esta necessária aproximação entre aluno/ensino. Neste modelo educativo, a aprendizagem ocorre pelo que os autores denominam de “aprender-

fazendo”, além de compartilharem o conhecimento adquirido com a utilização das redes sociais.

5 | CONCLUSÃO

Este estudo se propôs a analisar, com base nos dados publicizados pelo Censo 2017, os fatores que levam a ociosidade de vagas ofertadas pela educação superior brasileira.

Os resultados encontrados nesta pesquisa têm o potencial de auxiliar os gestores, tanto de IES públicas quanto privadas, a compreender os fatores que levam a ociosidade das vagas. Conforme levantado pelo estudo, fatores como a redução da oferta e a inadimplência dos financiamentos estudantis, o número reduzido de vagas ofertadas no período noturno e, a baixa oferta de cursos ofertados pela modalidade pedagógica da educação a distância, têm impactado diretamente no preenchimento das vagas ofertadas pelas IES. Para academia, o estudo é importante por abordar um tema cercado de meandros, evidenciado pela recenticidade das publicações analisadas, bem como pela recente publicação dos dados do Censo 2017.

Independente da modalidade pedagógica, dos cursos ofertados e do turno de oferta, os números mostram que o crescimento ocorrido nos últimos anos concentrou-se nas IES privadas. Este crescimento, em boa parte, foi impulsionado pelas políticas de bolsas estudantis - PROUNI e, pelos financiamentos estudantis como é o caso do FIES.

Buscar alternativas que colaborem para atrair o interesse de novos alunos e ainda reter os estudantes nas universidades brasileiras, é de fundamental importância para uma melhor utilização dos recursos públicos investidos. Nesse sentido, Meyer *et al.*, (2012), alertam que a falta de uma boa estrutura na educação e do amadorismo gerencial, têm acarretado sérios reflexos no comportamento social dos indivíduos e nos resultados das instituições de ensino brasileiras.

Como limitações do estudo, cita-se a falta de disponibilidade dos autores em aprofundar o conhecimento acerca da efetiva utilização dos dados e das informações publicadas anualmente pelo Censo, na construção dos planos didático-pedagógicos nas instituições de ensino superior.

Como sugestões para estudos futuros, poderão ser analisados fatores como o custo para o levantamento e a divulgação dos dados do Censo, bem como sua efetiva utilização pelos gestores das instituições de ensino superiores brasileiras, com o objetivo de reduzir a ociosidade das vagas ofertadas.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Vilma. Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura. **Revista de Sociologia e Política**, [s. l.], v. 24, n. 57, p. 113–126, 2016.
- ALMEIDA, Silvana Santos. Vagas Ociosas no Ensino Superior Brasileiro: Uma Análise dos Governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva e suas Repercussões nos Anos Posteriores. In: ANAIS DOS COLOQUIOS INTERNACIONAIS SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA 2015, Mar del Plata – Argentina. **Anais...** . In: XV COLOQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA. Mar del Plata – Argentina.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Indicadores econômicos consolidados**. Brasília, DF, [2019].
- BARROS, Aparecida Da Silva Xavier. Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades. **Educação & Sociedade**, [s. l.], v. 36, n. 131, p. 361–390, 2015.
- BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996.
- BRASIL. **Lei No 11.096, de 13 de Janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. 2005.
- BRASIL. **Prestação de Contas Ordinárias Anual: Relatório de Gestão do Exercício de 2017**. Brasília, DF: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2018
- BRASIL. **Prouni - Quadros Informativos**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2019.
- BRASIL. Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024**: Linha de Base. Brasília, DF: INEP, 2015.
- BRASIL; MEC; INEP. **Censo da Educação Superior de 2017**: Notas Estatísticas. Brasília: INEP, 2018.
- CARVALHO, Cristina Helena Almeida De. O PROUNI no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. **Educação & Sociedade**, [s. l.], v. 27, n. 96, p. 979–1000, 2006.
- CHACON, José Marcelo Traina; CALDERÓN, Adolfo Ignacio. A expansão da educação superior privada no Brasil: do governo de FHC ao governo de Lula. **Revista Iberoamericana de Educación Superior**, [s. l.], v. 6, n. 17, p. 78–100, 2015.
- COSTA, Everton Garcia Da. Tendências Contemporâneas em Educação Superior a Distância no Mundo e no Brasil. **Espacio Abierto: Cuaderno Venezolano de Sociología**, [s. l.], v. 25, n. 3, p. 265, 2016.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- GILIOLI, Renato de Sousa Porto. **Um Balanço do FIES: Desafios, Perspectivas e Metas do PNE**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017.
- IBGE. **PIB avança 1,0% em 2017 e fecha ano em R\$ 6,6 trilhões**. 2018.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Indicadores Financeiros Educacionais**. Brasília: INEP/MEC, 2015
- Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2017**. Brasília, DF: INEP, 2018.

LI, Denise Leyi. **O novo Enem e a plataforma Sisu**: efeitos sobre a migração e a evasão estudantil. 2016. Tese - Universidade de São Paulo, [s. l.], 2016

MEYER, Victor Junior; PASCUCCI, Lucilaine; MANGOLIN, Lúcia. Gestão estratégica: um exame de práticas em universidades privadas. **Revista de Administração Pública**, [s. l.], v. 46, n. 1, p. 49–70, 2012.

MORENO, Ana Carolina. Fies tem inadimplência em 49,8% dos contratos em fase de pagamento. **Portal G1**. Brasília, 8 nov. 2016.

OLIVEIRA, João Ferreira De; BITTAR, Mariluce; LEMOS, Jandernaide Resende. Ensino Superior noturno no Brasil: democratização do acesso, da permanência e da qualidade. **R. Educ. Públ. Cuiabá**, [s. l.], v. 19, n. 40, p. 21, 2010.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Education GPS - Tertiary education**. [s.l.] : OCDE, 2017.

PORTO, Claudio; RÉGNIER, Karla. **O Ensino Superior no Mundo e no Brasil** – Condicionantes, Tendências e Cenários para o Horizonte 2003-2025 Uma Abordagem Exploratória. [s. l.], p. 178, [s.d.].

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social. Métodos e Técnicas**. Edição: 3a ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RISTOFF, Dilvo. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, [s. l.], v. 19, n. 3, p. 723–747, 2014.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANT’ANA, Jonathas Vilas Boas De; SUANNO, João Henrique; SABOTA, Barbra. Educação 3.0, complexidade e transdisciplinaridade: um estudo teórico para além das tecnologias. **Revista Educação e Linguagens**, [s. l.], v. 6, n. 10, 2017.

SEGRERA, Francisco Lopez. RETOS DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN UN CONTEXTO DE INCERTIDUMBRE Y CRISIS GLOBAL. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, [s. l.], v. 23, n. 2, 2018.

SILVA, Josielle Soares da; CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. POLÍTICAS DE EXPANSÃO PARA O ENSINO SUPERIOR NO CONTEXTO DO REUNI: A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA NA UFRN. **Holos**, [s.l.], v. 6, p.206-224, 2 fev. 2015.

SILVA, Rosa Maria Segalla *et al.* Democratização do ensino superior: no contexto da educação brasileira. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, [s. l.], v. 0, n. 0, p. 294–312, 2017.

TERRIBILI FILHO, Armando; NERY, Ana Clara Bortoleto. Ensino superior noturno no Brasil: história, atores e políticas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [s. l.], v. 25, n. 1, 2011.

TOLENTINO, Renata de Sousa Da Silva *et al.* Avaliação da Qualidade na Educação a Distância sob a Perspectiva do Aluno: Proposição e Teste de um Modelo usando Equações Estruturais. **REGE - Revista de Gestão**, [s. l.], v. 20, n. 3, p. 347–366, 2013.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agroecologia 119, 120, 121, 122

Alfabetização 86, 87, 88, 91, 92, 93, 94, 96, 98, 101, 102

Análise Crítica 56, 57

Aprendizagem 2, 4, 6, 7, 8, 24, 25, 26, 28, 32, 33, 36, 37, 52, 64, 65, 67, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 88, 90, 91, 93, 96, 97, 99, 101, 102, 104, 105, 106, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 134, 138, 139, 140, 143, 146, 165, 166, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 182, 183, 184, 185

Atendimento Educacional Especializado 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84

C

Censo 38, 39, 40, 43, 44, 46, 47, 49, 50, 53, 54

Comunicação 2, 3, 4, 7, 9, 10, 12, 13, 14, 20, 21, 23, 35, 52, 71, 73, 75, 79, 82, 90, 111, 139, 140, 144, 145, 149, 151, 171, 173, 175

E

Educação Ambiental 24, 35, 36, 120, 121

Ensino De Ciências 86, 87, 88, 89, 92, 93, 121, 171, 174

Ensino De Química 119, 120

Ensino Médio 24, 26, 36, 42, 63, 65, 89, 91, 119, 120

Ensino Superior 2, 3, 7, 8, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 65, 74, 75, 88, 104, 107, 108, 139, 140, 146, 150, 185

Evasão 55, 62, 63, 67, 115, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146

F

Formação Social 161, 162, 163, 165

I

Inclusão 38, 39, 45, 46, 51, 77, 78, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 107, 108, 185

Instituições De Ensino 2, 3, 7, 42, 50, 52, 53, 147, 173

Instrumentação 1, 3, 4

J

Jogos Digitais 170, 171, 172, 173, 174, 182

Juventude 109, 117, 118, 185

L

Laboratório Digital 1

Linguagem 9, 10, 11, 12, 13, 14, 19, 73, 75, 77, 79, 80, 82, 87, 100, 124, 125, 129, 132, 133, 134, 135, 162, 163, 164, 165, 167, 169, 170, 171

Lousa Digital 96, 98, 99, 100, 101

M

Metodologias 3, 20, 36, 95, 168, 170, 172

Microscopia 1, 3, 4, 5, 6, 7

Moodle 138, 139, 141, 142, 143

P

Práticas Musicais 161

R

Recurso Metodológico 77, 79, 80, 81, 84

Recursos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 30, 37, 50, 53, 63, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 96, 97, 98, 99, 101, 120, 121, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 149, 172, 173, 174, 175, 181

S

Sistemas 65, 147, 148, 149, 151, 154, 158, 159, 164

T

TDAH 103, 104, 105, 106, 107, 108

U

Universidade 5, 7, 9, 22, 23, 44, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 83, 94, 96, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 119, 123, 136, 138, 139, 140, 147, 148, 158, 159, 161, 169, 172, 183, 184, 185, 186

 **Atena**
Editora

2 0 2 0